

O Pensar e o Agir: a pesquisa no Observatório



PAULA BESSA

Socióloga,
Gerente de Estudos e
Pesquisas

Apresentação

Esse paper é motivado por questões que surgem da relação entre as propostas de atuação do Observatório de Governança Municipal de Fortaleza e as orientações de pesquisa por ele visadas. Primeiramente, quais são suas propostas de atuação? Como as orientações de pesquisa podem contribuir para a qualidade do conhecimento produzido pelo Observatório? Que tipos de relação de pesquisa são produzidos nesse processo? Como o Observatório se organiza em torno do pensar e do agir no processo de concepção e realização de pesquisas?

Na tentativa de responder a esses questionamentos, organizamos este paper em 3 tópicos: primeiramente, exploramos os paradigmas do Observatório, apontando questões pertinentes à sua proposta de atuação. Nesse primeiro momento, dedicamo-nos a definir objetivamente as atividades do Observatório de Governança Municipal de Fortaleza e seus paradigmas de atuação. Em um segundo momento, exploramos a forma como essas atividades em questão são pensadas e operacionalizadas, discutindo em um primeiro tópico a Teoria do Aprendizado Experiencial e, em seguida, em um terceiro tópico, discutimos como esses conceitos contribuem para a pesquisa no Observatório.

O Observatório

O desafio de identificar os usos e os alcances dos serviços municipais e projetá-los de forma que melhor atendam à população visada é uma das dimensões da Governança Municipal dentre as atividades do Observatório. Nesse sentido, é preciso que o Observatório conheça os órgãos da Prefeitura, tenha acesso aos indicadores que produzem e os objetivos que buscam alcançar em suas ações, tendo em vista a avaliação do planejamento estratégico municipal.

Mas a tarefa de fornecer soluções e antecipar cenários e situações relativas aos ser-



A PESQUISA NO OBSERVATÓRIO SE VOLTA PARA A IDENTIFICAÇÃO DE NECESSIDADES E DEMANDAS EMERGENTES RELATIVAS AOS SERVIÇOS MUNICIPAIS, COMPREENDENDO QUE OS SUJEITOS ARTICULAM SEUS MODOS DE VIDA E EXPECTATIVAS DE FORMA DIVERSA

viços municipais requer que o Observatório conheça também os sujeitos pesquisados e seus contextos. Isto quer dizer que é preciso adentrar os contextos em que os usuários vivem, os fatores subjetivos que orientam suas ações e anseios frente aos serviços municipais e que influenciam a sua própria relação com a cidade. É preciso levar em conta os **mapas mentais**¹ dos sujeitos sociais urbanos. Dessa forma, a pesquisa no Observatório se volta para a identificação de necessidades e demandas emergentes relativas aos serviços municipais, mas através da consulta às populações em territórios específicos, compreendendo que os sujeitos articulam seus modos de vida e expectativas frente aos serviços municipais de forma diversa.

Essa característica já nos revela alguns direcionamentos específicos de pesquisa relativos às atividades do Observatório: a) a premissa de que o indivíduo está inserido em um contexto complexo; b) o caráter qualitativo de suas investigações e c) a finalidade prática de buscar soluções que melhor atendam à população em questão. Em resumo, importa conhecer os elementos subjetivos² e sociais dos sujeitos pesquisados e sua relação com a qualidade dos serviços para a elaboração de políticas mais eficazes, que identifiquem e atendam a demandas reais.

Para entender as diferentes demandas e expectativas por serviços, é preciso ter em mente, antes, uma abordagem multidimensional dos padrões de vida e critérios de consumo e renda. Essa abordagem multidimensional leva em conta uma série de fatores para classificar a sociedade, tais como educação, renda, ocupação etc. Quais são os estratos que mais demandam serviços públicos? Como manifestam seus critérios de avaliação e percepção dos serviços? Os autores Thiago Rosa, Adriana Sbicca e Flávio Gonçalves (2014), ao propor um novo critério de estratificação social baseado no Consumo³, demonstram que

[...] apenas a análise da renda pode levar a conclusões equivocadas acerca do bem estar domiciliar brasileiro. Aumentar a renda da população para tirá-la de situações de risco é apenas um passo. Conforme a renda se eleva, os padrões de consumo também se modificam. E isso faz com que, apesar de o nível de rendimento ser mais alto, as exigências de consumo aumentem e façam as pessoas se sentirem, na realidade, relativamente mais pobres (ROSA, T.; SBICCA, A. F. ; GONÇALVES, F, 2014. p.15)

Isto é, as mudanças nos padrões de consumo produzem alterações nos critérios e nos anseios que os indivíduos projetam para os serviços municipais. É preciso que, ao conce-

1) Os mapas mentais podem ser definidos como um panorama de sentimentos, impressões, opiniões e sensações que constituem o espectro de experiências dos sujeitos - suas formas de compreender e de se apropriar do conhecimento que adquirem a partir da sua relação com o meio social. (NETO;DIAS, 2011).

2) “[...] uma concepção que inclui as autopercepções dos indivíduos enquanto membros de um grupo social, levando em conta que [...] essas noções subjetivas influenciam as ideias que se conformam acerca de solidariedade entre classes sociais, sobre a justiça ou injustiça de políticas de ajuda social ou de oportunidade de acesso a todos os serviços públicos” (PNUD URUGUAY, 2014, p.19)

3) O artigo “Estratificação Socioeconômica: uma proposta a partir do consumo” traz pesquisa que compara os critérios de estratificação socioeconômica por renda e por consumo.



ber as pesquisas, o Observatório faça uso desses critérios subjetivos para, objetivamente, compreender as demandas dos usuários. A exemplo disso, nessa mesma pesquisa, os autores trazem algumas análises da percepção sobre o acesso aos serviços públicos. A análise das avaliações do serviço de transporte público, por exemplo, concluiu que “[...] quanto maior a renda, mais bem avaliado é o transporte público, sendo que as piores avaliações ou restrições estão nos estratos mais pobres” (2014, p.16)

Transversalmente a essas diretrizes, tem-se a compreensão de que as políticas públicas e os serviços distribuem-se geograficamente pelo município, e de que buscar soluções práticas para as questões emergentes - que surgem da relação entre os usuários dos serviços municipais e os serviços propriamente ditos - implica tratar, também, da relação entre governança⁴ e os territórios que ela alcança. Afinal, como a governança dialoga com os espaços na cidade? De que forma essa relação pode ser trabalhada na concepção e realização das pesquisas?

Como traz Tilley (1994, p. 10), “territórios são muito mais do que localidades, pois possuem significados e valores distintos para as pessoas. Identidade pessoal e cultural estão atadas à ideia de lugar”. Em concordância a essa associação, Escobar (2001) assinala que o território é visto como um espaço efetivo de apropriação do entorno; um espaço que concentra as necessidades de uma comunidade, que nele desenvolve suas práticas sociais, culturais e econômicas. Essa noção de pertencimento importa ao Observatório na mesma medida em que as demandas e os serviços se espacializam. Faz-se necessário, portanto, compreender que a implantação de políticas e serviços que não dialogam com as particularidades das localidades e suas demandas específicas se mostra ineficaz, e pode ter desdobramentos perversos para dinâmica da comunidade.

Dessa forma, como afirma Tapia (2012, p.2), em um panorama internacional, os bairros têm representado um foco para as políticas de enfrentamento da desigualdade e distribuição de serviços, funcionando como base para intervenções e sobre os quais os governos têm concentrado seus esforços em promover coesão social, fortalecimento do

4) “Governança contempla a capacidade institucional na gestão pública, com a participação de diferentes atores, ou seja, governo, agentes do mercado e sociedade civil. Estamos falando de um conceito que contempla a articulação de interesses de atores públicos e privados, com a perspectiva do interesse coletivo, visando ao longo prazo.” (ZAPATA, 2009, p.2)

5) O questionamento “onde começa e termina um bairro” se apresenta na literatura de estudos urbanos como de extrema importância, principalmente para implementação de políticas: onde concentrar a unidade de intervenção? Segundo Tapia (2012), o desafio para superar a questão da delimitação é distinguir uma definição conceitual de uma definição operativa de bairro. A operativa implica, necessariamente, a delimitação formalizada, derivada de decisões políticas; a conceitual, por sua vez, compreende os bairros enquanto unidades que se modificam e se integram conforme dinamizados pelas comunidades que os compõem. Para ela, cabe ao pesquisador selecionar os elementos constitutivos dessas definições que mais se adequam à sua investigação.

6) Desde o ano de 1997, na gestão do prefeito Juraci Magalhães, os bairros do município de Fortaleza estão divididos em sete regiões administrativas vinculadas à Prefeitura, chamadas de Secretarias Executivas Regionais (SERs): SER I, SER II, SER III, SER IV, SER V, SER VI e a regional especial do Centro.

7) A regional IV foi registrada como a regional que pior avaliou os postos de saúde em pesquisa realizada pelo Instituto de Saúde e Gestão Hospitalar (ISGH) com dados de setembro 2014 a março de 2015. As regionais V e VI, por sua vez, constam na agenda estratégica da Prefeitura Municipal de Fortaleza como regionais prioritárias para a gestão - e, em Relatório de Desenvolvimento Humano por Bairro em Fortaleza, destacaram-se como as regionais com pior IDH (dados de 2010)



**ESSAS
PARTICULARIDADES
DE ATUAÇÃO
CONVERGEM PARA
UMA METODOLOGIA
DE PESQUISA QUE
PENSE A MUDANÇA
COMO ELEMENTO
CONSTITUTIVO
E CENTRAL NO
PROCESSO DE
INVESTIGAÇÃO E DE
ANÁLISE**

capital social e das cidadanias. Uma das razões para esse enfoque nos bairros é exatamente a concentração de questões relativas à desigualdade e insuficiência de serviços em um espaço delimitado geograficamente (embora a questão da delimitação seja um outro problema a ser discutido)⁵, o que facilita a intervenção e o acesso de políticas públicas às dinâmicas da comunidade. É nesse sentido que o Observatório direciona a realização de suas pesquisas - como, por exemplo, na elaboração de uma pesquisa de satisfação de usuários dos postos de saúde das regionais⁶ IV, V e VI⁷, submetida a processo licitatório para contratação de empresa no ano de 2015. A escolha de estruturar uma pesquisa a partir dos territórios por onde os serviços se distribuem geograficamente permite que se pense a avaliação desses serviços de forma direcionada para as necessidades que se apresentam, e confirma a importância de incorporar as noções de território às pesquisas concebidas.

Essas particularidades de atuação do Observatório convergem para uma metodologia de pesquisa que pense a mudança como um elemento constitutivo e central no processo de investigação e de elaboração de análises. Nesse ponto, a Teoria da Mudança constitui um paradigma essencial para a concepção e realização das pesquisas no Observatório: ela consiste em uma sistematização do processo de geração de uma mudança pretendida. Em resumo, a Teoria da Mudança se refere à lógica de como uma intervenção (projeto, programa, política, estratégia) pode contribuir para os resultados pretendidos. Para a elaboração de um programa de intervenção alicerçado na Teoria da Mudança, é preciso que as pesquisas sejam fundamentadas em concepções que levem em conta o propósito transformador das investigações a serem realizadas - a que problemas as pesquisas estão relacionadas? Quais necessidades - do ponto de vista prático -, estão associadas a esse problema? O que causa esses problemas? Como solucioná-los? Em que uma ação interventiva deve se estruturar para solucioná-lo? Nesse momento, damos início a uma breve exposição de um conceito que atravessa essas estruturas teóricas de sustentação do Observatório de Governança Municipal: o conceito de Aprendizagem Experiencial.

Experiential Learning - Teoria da Aprendizagem Experiencial

Em 1984, David Kolb elabora, inspirado em trabalhos de Vygotsky⁸, uma teoria cognitiva baseada na experiência - é a Teoria da Aprendizagem Experiencial, definida por Kolb como

o processo por onde o conhecimento é criado através da transformação da experiência, [...] um processo de transformação, sendo continuamente criado e recriado. [...] A aprendizagem transforma a experiência tanto no seu caráter objetivo como no subjetivo (1984, p.38)

8) Reporta à perspectiva histórico-cultural de Vygotsky (1987, 1991)



A Teoria da Aprendizagem Experiencial se estrutura em um ciclo de quatro estágios de aprendizagem: a) a etapa da experiência concreta - em que o sujeito tem a experiência através da prática; b) a etapa da observação reflexiva, em que se reflete sobre a experiência e sobre a prática, observando-a; c) a etapa da conceitualização abstrata, na qual as conclusões sobre a prática encaminham para a quarta e última etapa, d) a aplicação do que foi concluído e a reelaboração da prática. Essa última etapa é o momento da adaptação, em que essas conclusões são testadas em experimentação ativa. O ciclo, entretanto, tem continuidade, retomando as mesmas etapas no sentido de aprimorar a prática e o aprendizado.



Para a elaboração desse modelo de aprendizagem, Kolb explorou processos e formas de aprendizagem em diferentes contextos e, a partir desses estudos, identificou duas dimensões principais: a percepção e o processamento⁹, em torno das quais organizou o ciclo de Aprendizagem Experiencial. Em resumo, esse ciclo indica que experiências con-

9) Ao explorar as distinções entre as formas de aprendizagem, Kolb distinguiu que a percepção pode se dar de duas formas: a) através da experiência concreta, ou b) através de uma conceitualização abstrata. O processamento, por sua vez, divide-se em a) processamento pela experimentação ativa e b) o processamento pela observação reflexiva. A justaposição das formas de percepção às formas de processamento resulta em um modelo cartesiano que nos permite visualizar mais claramente as distintas formas de aprendizagem que Kolb descreve em seus estudos em 1984, segundo essas duas dimensões em questão.

10) Kolb descreve quatro estilos dominantes de aprendizagem: a) o convergente, em que há predomínio da conceitualização abstrata e da experimentação ativa; b) o divergente, em que há predomínio da experiência concreta e da observação reflexiva; c) o assimilador, em que predominam as conceitualizações abstratas e a observação reflexiva e, por fim, d) o acomodador, em que há predomínio da experiência concreta e da experimentação ativa. (KOLB, 1984)



**A PESQUISA APLICADA
JÁ SE INICIA
PROFUNDAMENTE
ASSOCIADA AO
SEU CONTEXTO DE
EXECUÇÃO, PARA
RESOLUÇÃO OU
IMPLEMENTAÇÃO
DE DETERMINADOS
QUADROS, E ARTICULA
SEUS INSTRUMENTOS
DE PESQUISA
CONFORME OS
OBJETIVOS TRAÇADOS
INICIALMENTE**

cretas fundamentam reflexões que, quando realizadas, dão base à construção de conceitos abstratos - ou seja, é a percepção e o processamento, que podem ocorrer de formas distintas, que concretizam a aprendizagem. Por fim, essa conceitualização produz novas implicações sobre as ações, sujeitas a testes e elaboração de novas experiências. Os estilos de aprendizagem¹⁰ decorrentes desse ciclo são relativos às ações envolvidas durante o processo: o “sentir”, o “observar”, o “pensar” e o “fazer”, apontando para diferentes níveis de abstração, concretude, experimentação e reflexão.

Aprendizagem Experiencial, entretanto, não significa que apenas a experiência resulta em aprendizado, mas, sim, a transformação dessa experiência. Isto é, ao compreendermos o conhecimento enquanto processo de transformação, em que a experiência cria e recria entendimentos, tem-se uma atuação tanto objetiva quanto subjetiva dos sujeitos envolvidos no ciclo de aprendizagem. Como traz Alarcão,

A aprendizagem experiencial coloca a ênfase na interação entre o sujeito e a ação e sustenta as novas aprendizagens na experiência, ao mesmo tempo em que valoriza o contexto e a reflexão. [...] ao valorizar também o lado funcional da aprendizagem, sua exteriorização social, adquire uma dimensão pragmática que [...] promove a resolução de problemas pelos atores envolvidos [...] [e concede] a estes o poder de os resolver (2002, p. 230)

Por essas razões apontadas por Alarcão (2002), que ressaltam a dimensão pragmática desse modelo de aprendizagem, reforçamos a importância da Aprendizagem Experiencial enquanto eixo paradigmático na concepção das pesquisas propostas pelo Observatório - não só pela sua relação de proximidade com a experiência concreta, mas também pelo processo de condução do conhecimento produzido, como desdobramento desse ciclo. Em consonância com Pimentel (2007), pensamos ser “pela espiral entre ação e reflexão que o homem transforma a si e o seu entorno sócio-cultural. Este processo dialético requer confronto e resolução dos conflitos inerentes à situação de aprendizagem experienciada”, revelando seu lugar de relevância para a pesquisa aplicada no Observatório.

A Pesquisa no Observatório - possibilidades e limites

Compreendendo que a perspectiva de utilizar o conhecimento a ser produzido em situações que demandam ações resolutivas ou propositivas é uma das atividades de que o Observatório se ocupa, e uma das dimensões a partir das quais podemos pensar a Governança Municipal, podemos entender de forma mais clara como se estrutura a pesquisa no Observatório. A aplicação de uma Teoria da Mudança associada ao ciclo de aprendizagem experiencial explorado anteriormente, entendidos aqui enquanto pressupostos teóricos do Observatório, operacionalizam-se no processo de realização das pesquisas.

A pesquisa aplicada já se inicia profundamente associada ao seu contexto de execução, para resolução ou implementação de determinados quadros, e articula seus instrumentos de pesquisa conforme os objetivos traçados inicialmente. Como uma metodologia



específica, a pesquisa aplicada se desdobra em pesquisa-ação, enquanto um processo de melhora da prática pela própria problematização da prática frente à pesquisa - recorrendo à teoria disciplinar para compreender e planejar resultados, sem desconsiderar o rigor científico. Segundo Franco, a pesquisa-ação deve

[...] partir de uma situação social concreta a modificar e, mais que isso, deve se inspirar constantemente nas transformações e nos elementos novos que surgem durante o processo e sob a influência da pesquisa. (Franco, 2005, p. 486)

Essa relação de incorporação ao processo de pesquisa dos novos elementos que vão surgindo produz um ciclo de atividades, demonstrado na figura abaixo:



Fonte: Elaborada pela autora com base no fluxograma de Koerich, Backes, Sousa, Erdmann e Albuquerque (2009).

Isso quer dizer o processo repetitivo pelo qual essa ferramenta metodológica opera fornece perspectivas de “melhoramento” de um ciclo para o outro. Ou seja, ela não se apresenta como um modelo fechado que não problematiza as transformações ocorridas durante o processo, pois o aprimoramento das práticas pressupõe um acompanhamento, e requer a inclusão dos sujeitos pesquisadores e “pesquisados” como elementos representativos para a pesquisa.

Esse ciclo de atividades se concretiza no Observatório da seguinte forma: a) a “Identificação de um problema em determinado contexto” pode ser tanto interna ao Observa-

tório da Governança, em possível parceria com algum órgão interessado, quanto fruto de uma demanda externa, direta do gabinete do prefeito; b) o “Levantamento de dados relativos ao problema observado” é a fase de definição do escopo e do problema de pesquisa; portanto, é feita entre a Gerência de Estudos e Pesquisas (GESPE) do Observatório, a Gerência do Observatório (GEOBS) - a partir da identificação de dados presentes nas salas de situação setoriais, e as partes interessadas, a saber, possíveis órgãos com quem o Observatório estabeleça parceria. Essa constitui uma fase de consolidação da pesquisa; c) o momento de “Análise dos dados levantados” é também partilhado entre a GESPE e a empresa ou órgão contratado para a realização da pesquisa - a divisão dessas tarefas fica sujeita às particularidades de cada pesquisa, mas pode-se dizer que essa fase é de responsabilidade principal da equipe de pesquisa; d) a fase de “Interpretação dos dados”, por sua vez, é de maior responsabilidade da GESPE, consistindo em uma fase final da parte operacional da pesquisa; e) essa fase de interpretação encaminha para o momento de “Constatação da necessidade de mudança”, em que a GESPE junto às partes interessadas, presentes desde a concepção da pesquisa, verificam os elementos a serem trabalhados para a mudança, f) identificando “estratégias resolutivas” para efetuar a mudança.

A proposição dessas estratégias resolutivas é uma atividade da DIOBS para fundamentar a tomada de decisões - representada pelas fases g) Intervenção Ativa e h) Transformação, sobre as quais o Observatório não atua diretamente, mas fornece condições para que sejam possíveis. Terminado esse último momento, é possível que haja um follow-up das intervenções realizadas e seus desdobramentos, reiniciando o ciclo de atividades.

O eixo de elaboração de pesquisas é central para que compreendamos a relação do Observatório de Governança Municipal com a produção de uma relação de maior qualidade e transparência entre o governo e os setores sociais envolvidos, e estimula, ao mesmo tempo, que o Observatório esteja sempre em contato com as demandas sociais emergentes e identificando questões estratégicas à Prefeitura Municipal e à população.

Referências Bibliográficas

ALARCÃO, L. Escola reflexiva e desenvolvimento institucional. Que novas funções supervisivas? In J. Oliveira-Formosinho (Org.), *A supervisão na formação de professores* (pp. 217-238). Porto: Porto Editora, 2002.

ALBORNOZ, Luis; HERSCHMANN, Micael. Os observatórios ibero-americanos de informação, comunicação e cultura: balanço de uma breve trajetória. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, Rio de Janeiro, Dez/2006.

BALDISSERA, Adelina. Pesquisa-ação: uma metodologia do ‘conhecer’ e do ‘agir’ coletivo. *Rev. Sociedade em Debate*, Pelotas, 7(2):5-25, Agosto/2001

BARROS, R. et alii. *A nova classe média brasileira: desafios que representa para a formulação de políticas públicas*. Brasília: Secretaria de Assuntos Estratégicos, 2011.

BEUTTENMULLER, Gustavo. *Observatórios locais de políticas públicas no Brasil: seu papel na produção, disseminação e transparência das informações*. Dissertação (mestrado) - Escola de Administração de Empre-



sas de São Paulo. São Paulo, 2007.

CHEBROUX, Jean-Bernard. Les observatoires locaux: quelle méthodologie pour les conduire?. Socio-logos - Revue de l'association française de sociologie, 2011.

CUNILL, N. Responsabilización por el control social. In: CLAD. La Responsabilización en la Nueva Gestión Pública Latinoamericana. Buenos Aires: CLAD. BID. Eudeba. 2000.

DEBORDEAUX, Daniëlle. L'observation sociale au service de l'action. Rv. Recherches et Prévisions n.46, 1996.

FARAH, Jihad. A draft for a typology of urban observatories. In international Conference "Sustainable economics within the new culture of development", Liège 2011, Sep 2011.

FRANCO, Maria. Pedagogia da pesquisa-ação. Rev. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.31, n.3, set-dez. 2005.

IBOPE, Media. Classe urbana do Brasil (Target Group Index). Ibope, 2010.

KOERICH, M. S; Backes DS; Sousa FGM; Erdmann AL; Alburquerque GL. Pesquisa-ação: ferramenta metodológica para a pesquisa qualitativa. Rev. Eletr. Enf. [Internet].2009;11(3):717-23.

KOLB, D.A. Experiential learning: experience as the source of learning and development. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1984.

NETO, F. O. L.; DIAS, R. H. L. Mapas mentais e a construção de um ensino de geografia significativo: algumas reflexões. Revista Georaguaia, Barra do Garças-MT. v1, n.1, p.1-12, jan/jul. 2011.

NOGUERA, Carlos; Millet Fenollar; Alicia Millet y M^a Consuelo Pons Pons. Propuesta de un observatorio del refugio en la comunidad valenciana. Estudio para la creación del observatorio del refugio. Cap. IV

PNUD, Uruguay. Clases medias en Uruguay, entre la consolidación y la vulnerabilidad. El futuro en foco - Cuadernos sobre desarrollo humano. 06. Montevideu, 2014.

PIMENTEL, A. A teoria da aprendizagem experiencial como alicerce de estudos sobre desenvolvimento profissional. Estudos de Psicologia, 12(2), 159-168, 2007

ROSA, T. M. ; SBICCA, A. F. ; GONÇALVES, F. O. . Estratificação Socioeconômica: uma proposta a partir do Consumo. In: XIX Encontro Regional de Economia, 2014, Fortaleza. Anais do XX Fórum BNB de Desenvolvimento, 2014

SCHOMMER, P. C.; MORAES, R. L. Observatórios Sociais como promotores de controle social e accountability: reflexões a partir da experiência do Observatório Social de Itajaí. GESTÃO.Org - Revista Eletrônica de Gestão Organizacional, v. 8, n. 3, p. 298-326, 2010

TILLEY, C. A phenomenology of landscape. Oxford: Berg, 1994

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. Rev. Educação e Pesquisa, São Paulo, v;31, n.3, p.443-466, set/dez, 2005

ZAPATA, T. A importância da nova governança para construir uma outra cultura política no Brasil. In T. Zapata, T (Org). Desenvolvimento Local e a Nova Governança (pp. 201-229). Pernambuco: Livro Rápido – Elógica, 2009